



Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2023**

**Brasília-DF
2024**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

Relatório de Gestão do exercício de 2023, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do Parágrafo único, do art. 70, da Constituição Federal. Este relatório foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) Tribunal de Contas da União - (TCU) nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa (IN) Tribunal de Contas da União - (TCU) nº 72/2013, e DN TCU nº 170/2018, DN TCU Nº 172/2018 e Portaria TCU nº 369/2018.

Lista de Sigla e Abreviações

CAF - Coordenadoria Administrativa e Financeira

CEFISP - Comissão de Ética e Fiscalização profissional

COAPIN - Comissão de Análise de Processos de Inscrição

COP - Coordenadoria Operacional

CRECI/DF - Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região Distrito Federal

DALIC - Divisão Administrativa de Licitações e Contratos

GABIN - Gabinete da Diretoria

SUPER - Superintendência

UAP - Unidade de Almoxarifado e Patrimônio

UFIC - Unidade Financeira e Contábil

UFIS - Unidade de Fiscalização

UGP - Unidade de Gestão Processual

UGRI - Unidade de Gestão de Riscos e Integridade

ULIC - Unidade de Licitações e Contratos

URCT - Unidade de Recuperação de Crédito Tributário

URH - Unidade de Recursos Humanos

USEC - Unidade de Secretaria Administrativa

Lista de Tabelas e Quadros

Quadro 1 - Disponível.....	25
Quadro 2 - Dívida Ativa Executada.....	25
Quadro 3 - Receitas Antecipadas.....	26
Quadro 4 - Patrimônio Líquido.....	26
Quadro 5 - Resultado Patrimonial.....	26
Quadro 6 - Resultado Financeiro.....	26
Quadro 7 - Resultado Orçamentário.....	27

Lista de Gráficos e Figuras

Figura 1 - Missão, Objetivos e Valores.....	09
Figura 2 - Identificação dos Principais Dirigente.....	10
Figura 3 - Organograma.....	11
Figura 4 - Análise Orçamentária.....	21
Figura 5 - Comparativo.....	21

SUMÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023	2
Lista de Sigla e Abreviações.....	3
Lista de Tabelas e Quadros.....	4
Lista de Gráficos e Figuras.....	5
MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	8
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	9
Identificação do Conselho.....	9
O que o Conselho faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?.....	10
Estrutura Organizacional e de Governança	11
Principais canais de comunicação com a sociedade.....	12
Fatos externos relevantes do ambiente no qual a entidade está inserida	12
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	13
Estrutura de Governança da Entidade	13
Principais objetivos estratégicos do exercício	13
Planejamento Estratégico da Entidade	15
Principais programas, projetos e iniciativas executadas:.....	15
Estrutura de Governança	16
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	17
Relação dos principais riscos identificados pela Entidade	17
Visão geral do modelo de gestão de riscos e controles	18
RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO.....	19
Resultados da Área Fim	19
Gestão Orçamentária e Financeira.....	20
Gestão de Pessoas	22
Gestão de Licitações e Contratos	22
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	22
Gestão de Custos.....	22
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	22
Declaração do contador.....	22
Fatos contábeis e financeiros que impactaram nos resultados.....	23
ANEXOS.....	28
ANEXO I - Demonstrativo da Receita por Origem.....	28
ANEXO II - Previsão e Arrecadação por Natureza	28
ANEXO III - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – TOTAL	29
ANEXO IV - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – TOTAL	30
ANEXO V - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	31
ANEXO VI - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12.....	31
ANEXO VII - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12.....	32
ANEXO VIII - Balanço Orçamentário	33
ANEXO IX - Balanço Patrimonial	34
ANEXO X - Demonstrações das Variações Patrimoniais	37

ANEXO XI - Balanço Financeiro.....	38
ANEXO XII - Fluxo de Caixa	40

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Nosso maior empenho é o de garantir os serviços de fiscalização e disciplina do mercado imobiliário, eficientes e de qualidade à sociedade e a todos os profissionais devidamente registrados e atuantes neste segmento. Para tanto, não tardamos em lançar mão de eficaz estrutura de governança, abarcando os institutos da gestão de riscos, plano de integridade e controle interno, tudo isso com o escopo de tornar o Conselho capaz de exercer sua atividade principal de forma assertiva e relevante para a sociedade. Perseguimos com afincado o propósito de tornar o mercado imobiliário do Distrito Federal, justo, íntegro e conseqüentemente capaz de auxiliar na evolução econômica e social de todos os cidadãos, afetados direta ou indiretamente por ele, possibilitando assim que o mercado imobiliário devidamente fiscalizado, funcione como um importante meio de desenvolvimento de toda a sociedade, a partir da correta e adequada atuação de seus profissionais inscritos. Diante disto entendemos que a excelência na gestão desta Autarquia impacta direta e fortemente neste propósito, o que nos move, partindo deste pressuposto, não medir esforços em atuar em conformidade com os diversos dispositivos legais relacionados à atuação da Autarquia e ainda dispensar toda nossa energia na realização de uma gestão totalmente alinhada às práticas de governança, as quais nosso Conselho tem se debruçado e utilizado como balizadoras, na busca pelo cumprimento de seus objetivos, podendo então de forma indubitável se tornar parte relevante na realização de anseios e até sonhos de nossa sociedade.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região – CRECI-DF é uma Autarquia Federal criada pela Lei Federal 6.530 de 1978, para fiscalizar e disciplinar a atividade profissional de intermediação imobiliária na jurisdição do Distrito Federal. Possui como uma de suas principais atribuições combater o exercício profissional de pessoas inabilitadas, buscando a eliminação de más condutas no exercício desta atividade. O Conselho é constituído como Autarquia Federal de direito público integrante da Administração Pública Indireta, isto é, uma entidade criada pelo Estado, para o exercício de atividades típicas do Estado, como o exercício do poder de polícia em sua atuação de fiscalizar, disciplinar e cobrar os tributos devidos pelo cidadão devidamente registrado em seus quadros, para que este exerça a atividade profissional na forma que a Lei determina. Não obstante, dispõe de certa autonomia para gerir funções e serviços de interesse coletivo. Mesmo usufruindo de capacidade de autogestão, integram estas Autarquias a Administração Pública Indireta estando sujeitas à fiscalização e tomada de contas do Tribunal de Contas da União - TCU, tendo em vista o tributo devido pelos profissionais registrados nestes órgãos possuir natureza de contribuição social de interesse da respectiva categoria social e econômica.

Identificação do Conselho

O CRECI-DF foi criado pela Lei nº 6.530 de 1978, convocado e instalado nos termos da referida Lei e do seu Estatuto e tem poderes para deliberar sobre todos os ramos relativos ao objeto da Autarquia e o mercado imobiliário.

Figura 01 – Missão, Objetivos e Valores



Figura 02 – Identificação dos principais dirigentes



O que o Conselho faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?

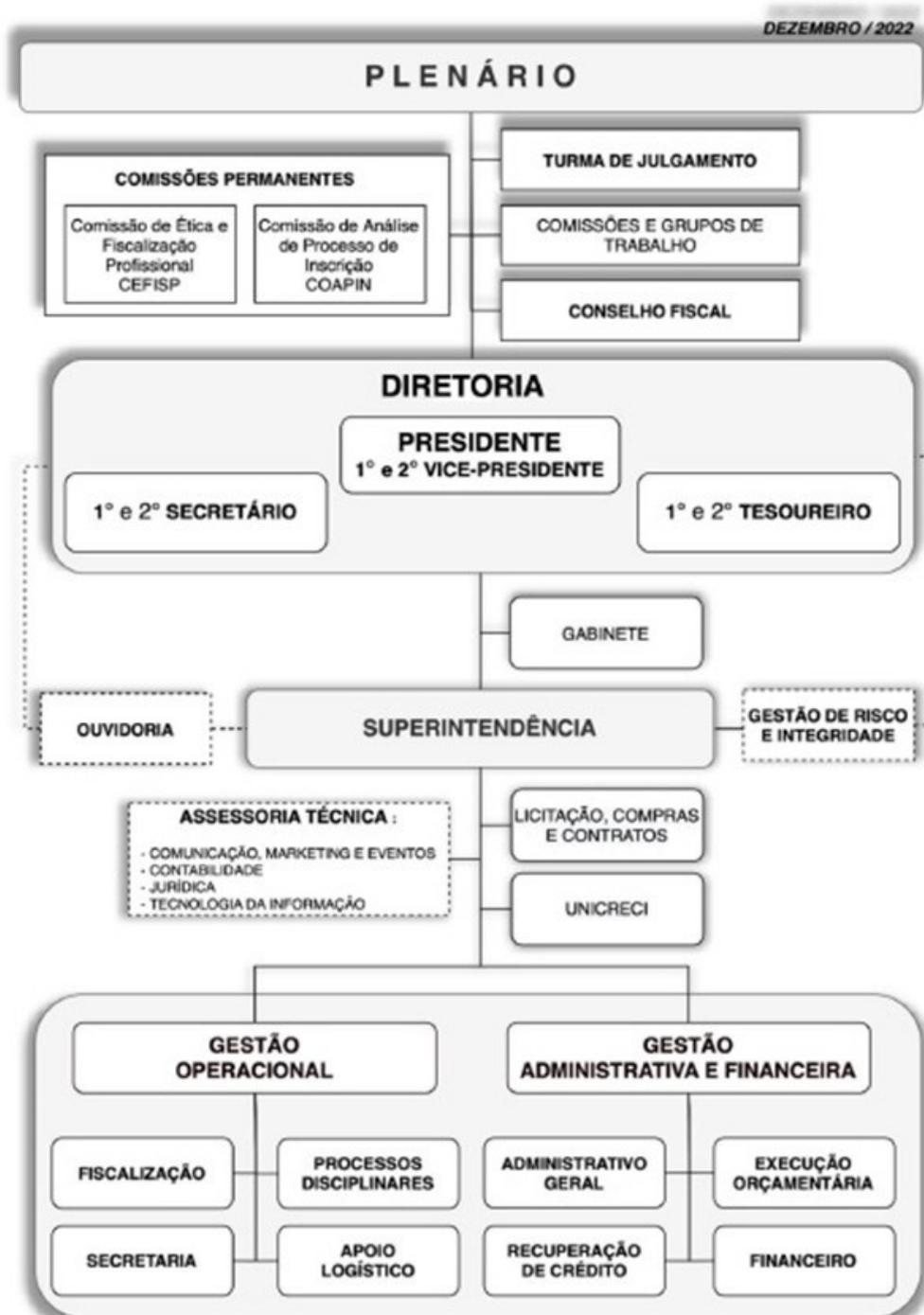
Compete ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região – CRECI-DF, realizar o Registro, a Fiscalização e a Disciplina do exercício dos profissionais que atuam como Corretores de Imóveis, por meio de planejamentos, projetos e ações sempre de cunho fiscalizatórias, orientadoras e disciplinadoras.

Paralelamente, cabe ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região – CRECI-DF
Sisgertcu

prestar contas à sociedade sobre a aplicação dos recursos que arrecada e administra, dando transparência aos resultados de sua gestão. Em busca do constante aprimoramento e qualidade, foram implantados diversos projetos e ações desenvolvidas no exercício, seguindo a seguir as principais: Criação e instituição de Estrutura de Governança, instituição de Programa de Integridade, Melhorias de rotinas e procedimentos de serviços administrativos, implantação de workflow digital para todos os processos administrativos do Conselho, virtualização de processos e procedimentos, projetos e ações com o objetivo de resgate de passivos financeiros, Atuação e capacitação de pessoal, Abertura de cursos de Capacitação aos Corretores de Imóveis, Promoção de eventos de informação e orientação sobre formação e atuação do Corretor de Imóveis, Melhoria dos instrumentos de comunicação institucional, Ouvidoria, planejamento da fiscalização com recursos de TI.

Estrutura Organizacional e de Governança

Figura 03 – Organograma



Principais canais de comunicação com a sociedade

Por ser uma autarquia de fiscalização profissional, faz-se imprescindível que o Conselho Regional de Corretores de Imóveis – 8ª Região – DF, mantenha uma política efetiva de transmissão de informações à sociedade sobre suas ações, valendo-se para isso de todos os meios e veículos de comunicação disponíveis. Além disso, o Conselho também se mantém em um posicionamento receptivo, buscando solucionar dúvidas, atender a reclamações, denúncias e sugestões, sempre com vistas a prestar um serviço de qualidade e excelência. Ao longo dos anos, foram sendo criados novos canais de comunicação que possibilitaram à comunidade uma grande aproximação com o Conselho Regional de Corretores de Imóveis – 8ª Região - DF, apresentando à população todo o trabalho desenvolvido pela entidade e as diversas possibilidades de utilização.

O acesso ao cidadão se dá preferencialmente por meio do sistema disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU, denominado Fala.BR, pois por meio desta plataforma a demanda da sociedade e profissionais do mercado imobiliário, são além de devidamente tratadas pelo órgão, são também acompanhadas pelos solicitantes, possuindo a Autarquia, por força de norma garantidora da utilização do sistema Fala.BR, prazo hábil para remeter ao cidadão a devida resposta ou solução de sua demanda, tornando assim este canal extremamente íntegro pois insere o Conselho numa posição de obrigatoriamente responder a tempo tais demandas.

O Conselho possui ainda o canal telefônico (61) 3321-1010, seu site oficial www.crecidf.gov.br e ainda suas plataformas de mídia social como youtube, facebook e instagram.

Fatos externos relevantes do ambiente no qual a entidade está inserida

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região – CRECI-DF tem por finalidade a fiscalização e disciplina da atividade de intermediação imobiliária na jurisdição do Distrito Federal. Diante disto fatores externos como os políticos, econômicos e sociais impactam diretamente no mercado imobiliário e conseqüentemente na atividade final do Conselho, visto o mercado imobiliário e seus profissionais estarem inseridos neste contexto maior envolvendo os supracitados fatores.

As atividades de fiscalização e disciplina exercidas pelo Conselho acompanham ainda a dinâmica imposta pela tecnologia e as evoluções nos relacionamentos interpessoais, uma vez que a atividade de intermediação imobiliária, constituída como uma das atividades finais na cadeia econômica imobiliária, a qual envolve setores como a construção civil e comércio, consiste predominantemente em o profissional registrado como corretor, intermediar as partes compradora e vendedora, lançando mão de recursos afetos aos relacionamentos interpessoais e sociais, os quais, conforme facilmente se nota, vem passando por diversas mudanças comportamentais e culturais, e muito disto a partir de evoluções e mudanças tecnológicas.

Neste sentido o Conselho busca intensamente acompanhar e se manter na vanguarda em sua atuação, ajustando, portanto as suas atividades e procedimentos de fiscalização e disciplina, os mantendo sempre atualizados e em congruência com as novas dinâmicas e comportamentos no desempenho da atividade de intermediação imobiliária, garantindo assim uma fiscalização e disciplina do mercado imobiliário sempre assertiva, eficiente e segura para a sociedade, resultando em desenvolvimento e fomento econômico e social.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Estrutura de Governança da Entidade

Podemos afirmar que o CRECI-DF a partir de janeiro de 2019, passou a possuir como um de seus principais objetivos e metas de trabalho a criação e manutenção de estrutura de governança robusta e capaz de possibilitar ao Conselho uma atuação profícua, ética, eficiente, assertiva, transparente e íntegra, correspondendo assim às expectativas e anseios da sociedade quanto à fiscalização e disciplina do mercado imobiliário.

A estrutura de governança do CRECI-DF possui como base princípios e institutos de extrema importância para a correta gestão pública, como:

Política de Gestão de Riscos e Compliance: Com a atuação do departamento recém criado exclusivamente para a análise de conformidade das ações e processos da Autarquia, sempre com o escopo de mitigar a sujeição do órgão em riscos desnecessários e indevidos quando de sua atuação;

Programa de Integridade: Criação e implementação de seu primeiro programa de Integridade, sendo inclusive, se não o pioneiro, um dos primeiros dentre todos os Conselhos de fiscalização profissional a instituir um programa de integridade em sua atuação, buscando assim disseminar a todos os agentes que orbitam em seu campo de atuação, as boas práticas, além de mecanismos voltados a anticorrupção;

Código de Conduta Interna: Criação e implementação do primeiro código de conduta interna do CRECI-DF, com constituição de Comissão de Ética Interna para recebimento de denúncias e apuração de condutas em desconformidade com o código;

Criação de Canal de Denúncia: Implementação de canal único de denúncia, por meio do sistema Fala.BR do Governo Federal, o qual é disponibilizado e gerenciado pela Controladoria Geral da União – CGU, sistema este responsável pelo recebimento de toda e qualquer tipo de denúncia, reclamação, solicitação, elogio e outras manifestações da sociedade e profissionais registrados, possuindo o Conselho, prazos e responsabilidades impostas pela CGU no que toca ao tratamento de toda as manifestações recebidas.

Transparência e acesso a informação: Processo de total reformulação do Portal Transparência do Conselho, com implementação de sistema dedicado a esta atividade, criação pelo departamento de gestão de risco e integridade, do primeiro manual do portal transparência aos empregados para a correta disponibilização das informações conforme os normativos estipulados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, garantindo total acesso à sociedade das ações referentes a gestão da Autarquia e seus recursos;

Prestação de contas Controle: Responsabilidade total dos gestores com todos os normativos e dispositivos legais afetos a atuação da Autarquia, sujeitando periodicamente ao Conselho Federal e anualmente ao Tribunal de Contas da União – TCU, todas as suas contas para análise e aprovação.

Principais objetivos estratégicos do exercício

Objetivos Estratégicos Gerais

A partir da definição dos objetivos estratégicos gerais a Autarquia pode definir as suas ações e os seus objetivos específicos. Os objetivos estratégicos para a Gestão 2022-2024 são:

- Proceder com a assertiva fiscalização e disciplina do mercado imobiliário do Distrito Federal;

- Promover à sociedade e aos profissionais devidamente registrados um mercado imobiliário justo, íntegro e devidamente disciplinado;
- Desenvolvimento de programas de fiscalização mais modernos, efetivos e inteligentes, adequando a atuação fiscalizatória as novas dinâmicas do mercado imobiliário;
- Atuar de forma a conquistar a confiança da sociedade e dos profissionais do mercado imobiliário, mantendo aperfeiçoado e eficaz o atual modelo de gestão do CRECI-DF, sustentado na, governança, integridade, transparência e prestação de contas;
- Atuar de forma a garantir um mercado imobiliário fiscalizado e disciplinado, visando à segurança nos negócios, das pessoas, dos profissionais registrados e o desenvolvimento da economia neste segmento;
- Ampliar Câmaras Técnicas/Comissões Temáticas/Grupos de Trabalho, dando especial atenção à fiscalização, visando atender as demandas da sociedade e dos profissionais do mercado imobiliário;
- Manter relacionamento e cooperação com demais autarquias e órgãos governamentais, organizações civis (associações, sociedades e sindicatos), com o escopo de robustecer e qualificar a fiscalização e disciplina do mercado imobiliário, promovendo assim um cenário propício ao desenvolvimento social e econômico;
- Realizar trabalho de divulgação das atividades e projetos do Conselho com o objetivo de dar conhecimento à sociedade e possíveis novos profissionais registrados do mercado imobiliário, das atribuições do Conselho, sua relevância e dever junto à comunidade;
- Aprimorar os programas e cursos de capacitação fomentados pelo Conselho com o escopo de contribuir com a capacitação dos profissionais registrados do mercado imobiliário, promovendo um mercado mais especializado e disciplinado;
- Aprimorar e fortalecer as comissões disciplinadoras do Conselho, como as Comissões de Ética e Turmas Julgadoras objetivando a qualidade e assertividade das análises e processos disciplinares atribuídos à Autarquia, reduzindo a ocorrência de conflitos e eventos adversos no âmbito dos serviços imobiliários, inclusive a ocorrência de denúncias e abertura de processos éticos disciplinares;
- Promover por meio das mídias sociais a comunicação com os profissionais da área imobiliária por meio do site oficial da Autarquia, com publicações dos normativos e atuação da Autarquia, inclusive com aperfeiçoamento da atuação do órgão em todas as plataformas de mídia social;
- Participar e promover quando couber a efetivação de políticas públicas com o objetivo de entregar a sociedade e aos profissionais registrados um mercado imobiliário cada vez mais seguro, íntegro e justo, capaz de contribuir com o constante desenvolvimento econômico e social;
- Manter os canais de comunicação como Ouvidoria e canais de acesso a informação como o Portal da Transparência sempre ativos, com o objetivo de aprimorar o relacionamento com os inscritos e a sociedade, promovendo a qualidade dos serviços prestados sob a égide da eficiência, moralidade, publicidade e legalidade;

- Zelar pela manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas da Autarquia no desempenho de suas atividades e atribuições;
- Promover ações e programas para reduzir o índice de inadimplência dos profissionais inscritos junto à Autarquia;
- Promover investimentos em sua sede e possíveis subestruturas com o objetivo de manter ambiente de trabalho dinâmico, ético, respeitoso e produtivo, com atendimento qualificado à sociedade e aos profissionais inscritos e registrados do mercado imobiliário;
- Instituir e fortalecer comissões e grupos de trabalho responsáveis por acompanhar processos de regularização de terras, condomínios, lotes e demais regularizações fundiárias, no âmbito do Distrito Federal.

Planejamento Estratégico da Entidade

Após a aprovação dos objetivos estratégicos pela Diretoria Executiva, o plano estratégico é divulgado para todos os empregados e inicia-se a etapa de execução.

Realização de reuniões periódicas para o monitoramento e aprimoramento das ações e programas de implementação das medidas para alcance dos objetivos estratégicos;

Delegação as Coordenadorias do Conselho para a execução dos planos de ação deliberados e decididos pela diretoria em reuniões específicas;

Execução pelas Coordenadorias e demais unidades do Conselho de todas as medidas e ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Autarquia;

Principais programas, projetos e iniciativas executadas:

- Manutenção da Estrutura de Governança;
- Manutenção e aprimoramento da Coordenadoria de Gestão de Riscos e Integridade;
- Monitoramento e aprimoramento da Política de Gestão de Riscos do CRECI-DF;
- Manutenção do Programa de Integridade do CRECI-DF;
- Monitoramento e aprimoramento do Código de Conduta Interno do CRECI-DF;
- Manutenção da Comissão de Ética Interna do Conselho;
- Monitoramento da plataforma Fala.BR, disponibilizado pela CGU, para recebimento de denúncias e demais manifestações da sociedade;
- Restruturação Organizacional;
- Elaboração e criação de Manual das Políticas de LGPD;
- Capacitação ao corpo funcional sobre LGPD;
- Criação de Manual de Gestão Processual;
- Manutenção e evolução do Selo de Integridade para o mercado imobiliário;
- Criação da Academia de Estudos Avançados para o mercado Imobiliário (UNICRECI);
- Criação da Escola Superior de Fomento ao Mercado Imobiliário;
- Manutenção e Aprimoramento do Estúdio de comunicação para disseminação de informações fiscalizatórias e atuação do órgão;
- Criação de Agenda Legislativa para desenvolvimento de ações e políticas públicas de desenvolvimento do setor imobiliário;
- Criação e implantação de cartilha com normas contra a prática de assédio sexual e assédio moral;

- Programa sistematizado de avaliação de desempenho dos funcionários.

Estrutura de Governança

A estrutura do CRECI-DF contempla o processo de divisão do trabalho e a alocação de competências relacionadas às responsabilidades inerentes, estando definidas conforme segue abaixo:

- **Plenário:** órgão superior de decisão colegiada;
- **Diretoria:** órgão principal de decisão colegiada;
- **Conselho Fiscal:** órgão de fiscalização auxiliar ao Plenário;
- **Comitê de Gestão Estratégica:** órgão deliberativo de assessoramento ao Plenário em matérias específicas de governança;
- **Comissão de Ética e Fiscalização Profissional:** órgão colegiado de assessoramento ao Plenário em instrução e julgamento de processos disciplinares;
- **Turmas Julgadoras:** órgão colegiado de assessoramento ao Plenário em julgamento de processos disciplinares relacionados a representações da sociedade contra profissionais do mercado imobiliário;
- **Gabinete da Diretoria:** Composto pelo Diretor Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Diretor Secretário, 2º Diretor Secretário, Diretor Tesoureiro e 2º Diretor Tesoureiro;
- **Superintendência:** Responsável pelo apoio e suporte às atividades estratégicas, táticas e operacionais do Conselho;
- **Unidade de Gestão de Risco e Integridade:** subordinada apenas na esfera de pessoal à Superintendência, contudo subordina na esfera funcional e de atribuições diretamente ao Gabinete da Diretoria, responsável por toda criação de estratégias de governança além da manutenção da estrutura de governança implantada na Autarquia;
- **Comissão de Ética Interna:** subordinada apenas na esfera de pessoal à ao Gabinete da Diretoria, contudo subordina na esfera funcional e de atribuições diretamente ao Plenário, responsável pelo recebimento de denúncias, bem como apuração de ofício de condutas em desconformidade com o Código de Conduta em vigor no CRECI-DF.
- **Ouvidoria:** Responsável por gerir o sistema **Fala.BR** no âmbito do CRECI-DF, bem como todas as manifestações que por ele são direcionadas ao Conselho, promovendo o assertivo e tempestivo tratamento a todas as demandas recebidas.

Coordenadorias e demais Unidades Organizacionais administrativas do Conselho:

- **Coordenadoria Operacional – COP**

Tem por finalidade a coordenação das unidades organizacionais finalísticas do Conselho como fiscalização, secretaria administrativa e gestão processual

- **Coordenadoria Administrativa e Financeira - CAF**

Tem por finalidade a coordenação das unidades organizacionais responsáveis pela execução das atividades administrativas internas, financeiras e contábeis e recuperação de créditos tributários.

- **Unidade de Fiscalização – UFIS**

Tem por objetivo executar as atividades de fiscalização do CRECI-DF.

- **Unidade de Secretaria Administrativa – USEC**

Tem por finalidade executar as atividades de secretaria no CRECI/DF;

- **Unidade de Gestão Processual - UGP**

Tem por finalidade instruir todos os processos éticos disciplinares para análise e julgamento da CEFISP, Turma Julgadora e Plenário da Autarquia;

- **Unidade de Recuperação de Crédito Tributário - URCT:**

Possui a atribuição de executar os procedimentos administrativos da cobrança dos tributos devidos à Autarquia, bem como a execução de procedimentos ligados à recuperação de crédito advindo do grupo de inadimplentes junto ao órgão, e ainda a realização de procedimentos administrativos de execuções fiscais no âmbito do Distrito Federal;

- **Unidade de Licitações e Contratos – ULIC**

Possui como atribuição a instrução e processamento de compras, contratação e licitações no âmbito do CRECI-DF;

- **Divisão Administrativa de Licitações e Contratos – DALIC**

Tem por finalidade coordenar a fiscalização realizada pelos fiscais dos contratos, os atos preparatórios à instrução processual, alteração, reequilíbrio, eventual extinção dos contratos, bem como o monitoramento e gestão de todos os contratos existentes no órgão;

- **Unidade de Recursos Humanos – URH**

Tem por finalidade executar as atividades administrativas referentes aos recursos humanos no âmbito do CRECI-DF;

- **Unidade Financeira e Contábil – UFIC**

Tem por finalidade executar as atividades financeiras e contábeis no âmbito do CRECI- DF.

- **Unidade de Almoxarifado e Patrimônio – UAP**

Possui como atribuição a administração, organização e controle de todo material, bens e patrimônio do Conselho.

- **Assessoria de Tecnologia de Informação – ASSETI**

Tem por finalidade assessorar e executar atividades de tecnologia da informação no âmbito do CRECI-DF.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Relação dos principais riscos identificados pela Entidade

Riscos e oportunidades

Os riscos em âmbito externo que o CRECI-DF enfrenta estão diretamente associados ao contexto político e econômico do país e região de jurisdição de atuação, uma vez que estes fatores impactam de forma contundente no mercado imobiliário e sua dinâmica.

Desta feita pode-se inferir que os referidos riscos interferem em quatro distintos grupos: Estratégicos, operacionais, financeiros e de segurança da informação, passando estes riscos por processos periódicos de revisão, a fim de avaliar a eficácia das ações de mitigação buscando a excelência na prestação de serviços a sociedade, bem como a atuação dos profissionais inscritos e registrados em seus quadros.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais estão vinculados aos processos e procedimentos internos, abrangem aspectos relacionados aos pontos de controle de procedimentos e rotinas, aos dispositivos jurídicos afetos à atuação do órgão, capacitação dos recursos humanos envolvidos, e aos sistemas de informação. Tais riscos podem acabar por afetar especialmente a prestação de serviços à sociedade e profissionais inscritos, e são de grande relevância, não apenas para a imagem do CRECI-DF, mas, sobretudo pela qualidade, e eficiência do serviço público prestado à sociedade.

Riscos financeiros

Os riscos financeiros estão associados a capacidade de arrecadação do Conselho, capacidade esta estritamente ligada ao contexto social, político, econômico e jurídico, tornando todas estas variáveis objeto de constante monitoramento e análise por parte da estrutura de governança do CRECI-DF, onde a partir disto a Autarquia aloca energia e esforço em medidas e ações necessárias à manutenção do equilíbrio das contas do órgão, buscando não somente manter sua subsistência, mas principalmente consolidar sua posição de promotor e fornecedor de serviço público eficiente, tempestivo e de qualidade à sociedade.

Riscos de segurança da informação

As informações sob a guarda e utilização do CRECI-DF são, em grande parte, protegidas por sigilo legal, além de relevantes para segurança institucional do conselho. Dessa forma, há uma estrutura e modelos especiais para tratar os riscos associados à segurança da informação, que passam por aperfeiçoamento constante para assegurar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas de informação gerenciados pelo CRECI-DF.

Riscos estratégicos

Os riscos associados às metas do planejamento estratégico são mapeados e analisados anualmente, impactando em eventuais ajustes no planejamento tático e operacional visando manter sempre o foco dos objetivos organizacionais estipulados para alcance da Autarquia, levando sempre em consideração possíveis ameaças e oportunidades afetas ao alcance dos resultados estratégicos definidos. Esses riscos estão associados às perspectivas do planejamento: econômico, financeiro, jurídico, político, de mercado (imobiliário), processos, pessoas e tecnologia.

Visão geral do modelo de gestão de riscos e controles

A partir do ano de 2019 o CRECI-DF por meio de sua recém criada estrutura de governança, criou e implementou a Unidade de Gestão de Riscos e Integridade – UGRI, a qual possui a atribuição de mapear, planejar, executar, organizar e monitorar os riscos no âmbito do CRECI-DF.

Por meio da referida Unidade o CRECI-DF criou e instituiu sua política de gestão de riscos além de implementar diversos pontos de controle, efetivando assim o controle interno na realização dos procedimentos do Conselho, devidamente alinhados à política de gestão e riscos do órgão.

A avaliação e tratamento dos riscos ficam a cargo da supracitada UGRI, a qual assessora as demais unidades organizacionais da Autarquia na atividade de identificação de riscos e adoção de todas as medidas de controle frente a eles.

Tais medidas impactam diretamente no alcance dos resultados e objetivos estratégicos do Conselho, pois são responsáveis pela redução de retrabalho, celeridade e assertividade na prestação do serviço e ainda a redução de custos com frente a possíveis inconformidades operacionais.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Resultados da Área Fim

Até que ponto o Conselho já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais as expectativas para os próximos exercícios?

No referido período o CRECI-DF alcançou em 100% dos seus objetivos estratégicos, possuindo como expectativa, para os próximos exercícios, a partir do monitoramento dos resultados alcançados os ajustes de melhoria e evolução das estruturas implantadas no órgão, sempre em resposta tempestiva a dinâmica do mercado imobiliário, além de projetos específicos como a implantação de mecanismos de redução do índice de inadimplência dos profissionais registrados, aprimorando a partir disto a alocação de recursos para programas e projetos de fiscalização, disciplina e desenvolvimento social e econômico do mercado imobiliário do Distrito Federal.

Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos (ou cadeia de valor) e às prioridades da gestão.

O presente relatório de gestão do CRECI-DF apresenta as ações executadas nas principais áreas de atuação e seus resultados, mostrando como autarquia vem enfrentando o desafio de se consolidar como responsável por grandes sistemas estratégicos dentro do mercado imobiliário.

Importante destacar que a prioridade da gestão para o atual exercício fora o de manter em perfeito funcionamento a estrutura do Conselho, ou seja, manter preparado o órgão para gerir os demais objetivos a serem traçados, planejados e executados nos demais períodos, demonstrando de forma contundente o alcance deste objetivo e o funcionamento de toda a estrutura de governança do Conselho a partir de 2019, figurando o CRECI-DF inclusive, como um dos primeiros Conselhos de Fiscalização Profissional a instituir uma estrutura de governança, certamente sendo o primeiro dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, oportunidade em que o CRECI-DF conta inclusive com o apoio e acompanhamento da Controladoria Geral da União – CGU, órgão este que auxiliou toda a formulação e instituição da referida estrutura de governança na Autarquia.

Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos.

Após a implantação de sua estrutura de governança e a partir disto o empenho do Conselho em monitorar e evoluir esta estrutura, incluindo a gestão de riscos, o CRECI-DF experimenta redução de demandas judiciais, onde o CRECI-DF figura no polo passivo, oriundos de inconformidades operacionais praticadas pelo órgão, além de relevante melhora em seu fluxo de trabalho, assertividade e eficácia de seus procedimentos e processos.

Tal fato evidencia a efetividade da implantação de uma política de gestão de riscos alinhada a mecanismos de controle interno, desonerando o Conselho de custos atrelados a falhas de operação em sua rotina, além da desoneração de tempo gasto com retrabalho e recursos humanos e operacionais para o tratamento das referidas demandas, além de manter a atuação do conselho baseada sempre nos mais elevados padrões éticos, morais e corretos na gestão da coisa pública.

Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas.

O CRECI-DF sem dúvida experimenta frutos de seus objetivos prioritários atingidos conforme os

resultados já apontados em consequência, por exemplo, da implantação de sua estrutura de governança.

Monitoramento de metas não alcançadas.

O monitoramento é realizado periodicamente e por meio da Unidade de Gestão de Risco e Integridade do órgão submetido à diretoria, para deliberação de temas relacionados aos objetivos e medidas estratégicas da Autarquia. A partir destas deliberações, é determinado à Superintendência, sendo esta auxiliada pela supracitada UGRI, o alinhamento das tarefas e procedimentos do Conselho ao cumprimento das metas propostas e eventualmente ainda não alcançadas.

Justificativas para o resultado.

Diante do cenário político e econômico experimentado pelo país neste ano, e seus consequentes desafios, o Conselho posicionou-se de forma firme na implantação e monitoramento de institutos de governança e integridade, procurando responder a todos estes desafios de forma assertiva e eficiente, entregando à sociedade uma gestão produtiva e capaz de atingir os objetivos e metas planejadas. Tendo como um de seus principais objetivos inclusive a manutenção de todas as atividades ligadas à conformidade em sua atuação, o Conselho empregou determinante parte de seu tempo, empenho e foco nestas atividades de monitoramento, manutenção e aprimoramento de sua rotina, procedimentos e atividades, podendo, contudo, já notar-se os bons frutos destas atividades e implementações necessárias.

Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas que o Conselho provavelmente enfrentará ao perseguir o seu planejamento estratégico.

Para os próximos exercícios os desafios serão aqueles já costumeiramente impostos pelo cenário político e econômico do país, uma vez que a dinâmica normal destes segmentos provoca mudanças sentidas diretamente no mercado imobiliário, influenciando de forma contundente sua atuação. Não obstante a estas variáveis já pertencentes ao estudo de projeções e planejamento do órgão, sem dúvidas, podemos incluir o monitoramento e consolidação de todos os mecanismos, medidas e estrutura de governança, gestão de riscos e integridade implementadas pelo Conselho, com o escopo de tornar cada vez mais sólida e perene toda esta estrutura de gestão, que sem sombra de dúvidas impactam direta e fortemente na entrega de um serviço fiscalizatório e disciplinador de qualidade e eficiente à toda sociedade, e a partir disto, podendo ser incluído também no rol de desafios, encontra-se o objetivo de melhorar e evoluir toda esta estrutura de atuação do órgão, sempre buscando a efetiva e excelente prestação de serviço público, em seu âmbito de atuação, à toda sociedade.

Gestão Orçamentária e Financeira

Para onde o Conselho deseja ir e como ele pretende chegar lá?

O CRECI-DF pretende implementar a transição da situação atual para a situação futura, por meio dos projetos de capacitação e orientação profissional, que também norteará a construção do Plano de Ação voltado para a missão institucional do Conselho nas áreas de fiscalização e registro profissional, através dos seus objetivos, programas, metas, princípios, diretrizes, linhas de inovação e arquitetura estratégica de TI, culminando assim com o desenvolvimento do setor imobiliário entregando a sociedade um mercado não só competitivo, mas sobretudo fiscalizado e seguro.

Estratégia para alcançar os principais objetivos do Conselho e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e

ações futuras.

A alocação de recursos e suas estratégias estão voltadas para o mercado imobiliário e seus desafios, onde foram lançados diversos cursos voltados para uma nova política de atuação junto ao mercado imobiliário, com a visão do corretor do futuro, e à aplicação de novas tecnologias, atuando de forma contudente na fiscalização e exercício ilegal da profissão, direcionando seu corpo técnico para uma nova visão de mercado e novas perspectivas, tendo como desafios a atual realidade do mercado imobiliário e a própria situação do país.

Gestão Orçamentária

A gestão orçamentária e financeira foi pautada respeitando a referida Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000, bem como a Lei 4.320/64 aplicada ao Setor Público, buscando o equilíbrio orçamentário e financeiro e a devida implantação de projetos, programas e iniciativas, para que os resultados fossem medidos, objetivando maior controle orçamentário e financeiro.

Tais controles buscaram uma avaliação maior do seu Orçamento Programa durante o ano de 2023, refletindo nos resultados alcançados e assim demonstrados, bem como seu comparativo em relação ao exercício anterior, para elucidar o resultado de uma gestão voltada para objetivos e metas aplicadas ao longo do ano, evidenciando assim, maior eficiência com os gastos públicos:

Figura 04 – Análise Orçamentária



Figura 05 – Comparativo



Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas é desenvolvida pela Superintendência, juntamente com a Diretoria administrativa, buscando de forma eficaz o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores. Dessa forma, investiu-se em capacitação continuada e em normas para o devido desenvolvimento profissional, para que se obtenha um melhor atendimento aos usuários do sistema e a sociedade.

O CRECI/DF, conta com um quadro funcional de 35 funcionários, sendo 23 funcionários efetivos e 12 em cargo de livre provimento.

Gestão de Licitações e Contratos

A gestão de licitação e contratos é realizada pela Comissão Permanente Licitação (CPL) – que por sua vez é responsável por realizar e acompanhar em todas as etapas os processos de licitação para aquisição de bens e serviços, selecionar a proposta mais conveniente em termos de preço e qualidade, que melhor atender às necessidades do CRECI/DF, nos termos das Leis 8.666/93, 14.133/2021 e suas alterações submetendo-a a apreciação da Diretoria do conselho, além de apreciar outros assuntos pertinentes à sua área de atuação.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Resultados e impactos previstos

Por meio da implantação do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da CRECI/DF o objetivo é promover o melhor aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário do CRECI/DF, por meio da criação de uma Comissão de Patrimônio do Conselho. Pretende-se, entre outros, alcançar os seguintes resultados:

- a) Ampliação da gestão sobre os bens imóveis da CRECI/DF;
- b) Ampliação da capacidade de controle e gestão do patrimônio;
- c) Maior conformidade e padronização de procedimentos;
- d) Racionalização dos processos de gestão patrimonial;
- e) Maior eficiência da gestão patrimonial (redução de prazos, ampliação de receita, redução de gastos etc.);
- f) Aumento da transparência;
- g) Melhoria do atendimento ao cidadão;
- h) Ampliação das metas e capacidade de apoio aos programas e diretrizes do COFECI.

Gestão de Custos

Assim como a Gestão Orçamentária e Financeira, a Gestão de Custos foi pautada em controle de projetos, departamentalização das despesas e controle de sua execução. Onde o objetivo deste é ter maior controle por projetos e a própria distribuição dos custos, voltadas por ações no resultado e nos devidos objetivos da Autarquia para o exercício de 2023, os quais estão relacionados a sua atividade fim em 65,88%.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Declaração do contador

Quanto ao Relatório de Gestão Integrado, exercício de 2023, disponibilizado no formato digital

através do Sistema SISCAC, materializado em PDF pela Autarquia na data de 31/12/2023, observada unicamente a sua formalização/estrutura, o mesmo contempla os itens exigidos pelo Sistema de Prestação de Contas do TCU (*e-contas*).

Diante do exposto, consideradas as limitações de atuação dessa Assessoria Contábil na execução de suas ações, bem como limitada as ações realizadas no exercício, em conformidade com o as determinações do TCU para o referido Relatório de Gestão Integrado, esta assessoria emite parecer regular quanto à gestão do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região – CRECI/DF no exercício de 2023, sem ressalvas ou recomendações.

Fatos contábeis e financeiros que impactaram nos resultados

1. Contexto Operacional

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal (CRECI - DF), inscrita no CNPJ 00.105.650/0001-00, localizado na SDS Nº 44 Bloco A Salas 401/410 – Asa Sul – Brasília – DF, criado pelo Decreto-Lei n.º 6.530/78 de 12 de maio de 1978, tem como principais atividades o registro, a fiscalização do exercício profissional e a promoção da educação continuada. Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regulamento Geral dos Conselhos de Corretores de Imóveis.

2. Introdução

As demonstrações contábeis pertencentes a este processo obedecem diretamente às orientações estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União e o Sistema COFECI/CRECI.

3. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e elaboradas de acordo com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional; aos Princípios Contábeis geralmente aceitos, as interpretações e orientações emitidas pelo CFC e as Instruções de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFB, onde estas são elaboradas em conformidade ao que determina a “Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público” do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

4. Contabilização e Documentação

A escrituração contábil cumprida durante o ano de 2023 foi executada através de um sistema computadorizado, sucedendo-se com periodicidade e atualizações. Os lançamentos foram gerados de acordo com as determinações legais e técnicas, que regulam o objeto.

5. Moeda Funcional

A administração da Autarquia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas na Resolução CFC nº 1.132/2008, que determina que o registro deva ser efetuado em idioma e moeda corrente nacionais.

6. Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas adotadas no Brasil e requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissa, incluem a provisão para devedores duvidosos e o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações

envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

7. Procedimentos Contábeis

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressalta-se:

- **Estoques**

Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

- **Instrumentos Financeiros não Derivativos**

A Autarquia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Autarquia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Autarquia desconhece um ativo financeiro, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Autarquia transfere os direitos para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Autarquia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Autarquia possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrativos pelo CRECI- DF, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição Federal.

- **Recebíveis**

Os créditos a receber são valores oriundos da fixação de multas, anuidades e emolumentos pelo COFECI, devidos aos Conselhos Regionais (Lei nº 6.530/1978, art. 16, inciso VII). Saldos apresentados pelos valores originais conforme determina a Resolução CFC nº 1.137/2008, ajustados por provisão para devedores duvidosos.

§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central, as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Órgãos ou Autarquias do Poder Público e das Empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais ressalvadas os casos previstos em Lei.

- **Exigíveis**

Abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicáveis, devem ser mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial.

A Autarquia não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

- **Dívida Ativa Executada**

A dívida ativa executada é oriunda do crédito referente a anuidades e taxas estabelecidas pelo COFECI, bem como as multas impostas por infração à legislação disciplinadora do exercício da profissão de corretores de imóveis, ou seja, por meio de execuções fiscais, e por serem tributos

federais, sem prejuízo do cancelamento do registro profissional do corretor de imóveis inadimplente, após o devido processo legal.

- **Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição acrescido do Ajuste de Avaliação Patrimonial, ajustado por depreciação acumulada, calculada pelo método linear, onde às taxas são estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por uma espécie de bem, conforme determina a Resolução COFECI nº 1.352/2014. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, que são necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

- **Fornecedores**

Obrigações nominais contraídas com fornecedores de bens e serviços devidos até a data do balanço, originários de empenho processados e pagos no exercício subsequente.

- **Provisões Trabalhistas**

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais, acrescidos dos respectivos encargos sociais até a data do Balanço.

- **Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Demonstrativos por valores de realização/Obrigações, conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- **Apuração do Superavit/Déficit**

O superavit/déficit é apurado pelo regime de competência de exercícios para a apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

8. Disponível

Caixa e equivalentes de caixa incluem: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo este o rendimento financeiro reconhecido no resultado do período. Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades são depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispões o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000.

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2023
Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	91.695,77	242.573,70
Bancos aplicações	3.173.545,78	4.687.972,22
Adiantamentos	201,92	301,92
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	3.265.443,47	4.668.274,14

9. Dívida Ativa Executada

Saldos registrados pelo valor original, líquidos do reconhecimento das multas e juros estabelecidos pelo COFECI, já deduzidos da Provisão de Devedores Duvidosos. Como segue:

DESCRIÇÃO	SALDO
Créditos – Exercícios Anteriores	20.335.093,71
Dívida Ativa – 2023	10.976.399,40

Provisão para Devedores Duvidosos	(10.947.525,00)
TOTAL	20.363.968,11

10. Receitas Antecipadas

São valores de anuidades referentes ao exercício de 2023, pagas antecipadamente pelos credenciados no decorrer do mês de dezembro/2022, conforme a tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2023
Anuidades – Pessoas Físicas	47.824,20	23.970,50
Anuidades – Pessoas Jurídicas	0,00	0,00
TOTAL	47.824,20	23.970,50

11. Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits/déficits apurados anualmente.

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2023
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	12.139.493,11	17.958.682,67
Resultado do Exercício	5.819.189,58	(98.111,45)
Ajuste de Exercícios Anteriores	20.428.819,38	20.428.819,38
TOTAL	38.387.502,05	38.289.390,60

São considerados ajustes de exercícios anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis conforme item 24 da Resolução CFC nº 1.132/2008.

12. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial foi apurado com base no regime de competência das variações patrimoniais aumentativas (receitas) e das variações patrimoniais diminutivas (despesas), escrituradas no subsistema patrimonial em atendimento a Resolução CFC nº 1.132/2008.

DESCRIÇÃO	01/01/2022	01/01/2023
	a 31/12/2022	a 31/12/2023
Varição Patrimonial Aumentativa	13.252.464,51	7.963.209,36
(-) Varição Patrimonial Diminutiva	(7.433.274,95)	(8.061.320,81)
RESULTADO PATRIMONIAL	5.819.189,56	

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é representado pela diferença entre as receitas e as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, determinando o saldo disponível do exercício, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64.

DESCRIÇÃO	01/01/2022	01/01/2023
	a 31/12/2022	a 31/12/2023
Receita Orçamentária	8.408.863,17	9.228.006,69

Receitas Extra Orçamentária	16.134.948,94	16.150.347,93
(-) Despesa Orçamentária	(6.944.317,01)	(7.766.639,03)
(-) Despesa Extra Orçamentária	(16.585.381,16)	(16.188.830,91)
(+) Disponível Do Exercício Anterior	2.251.329,53	3.265.443,47
RESULTADO FINANCEIRO	3.265.443,47	4.688.328,15

14. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à diferença entre as receitas correntes e de capital previstas e realizadas em comparação com as despesas correntes e de capital liquidadas no exercício.

DESCRIÇÃO	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2023 a 31/12/2023
Receita Realizada	8.408.863,17	9.228.006,69
(-) Despesa Liquidada	(6.944.317,01)	(7.766.693,04)
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1.448,034,16	1.461.313,65

Declaro que as demonstrações contábeis (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, relativas ao exercício de 2023, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

Brasília, 31 de dezembro de 2023.

INSTITUTO DE CONTABILIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA
CNPJ: 29.034.901/0001-86
CRC/DF: 002720

ANEXOS

ANEXO I - Demonstrativo da Receita por Origem

Descrição	2023	2022
RECEITAS CORRENTES	9.228.006,69	8.408.863,17
CONTRIBUIÇÕES	6.354.343,63	5.517.189,63
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	587.860,94	829.588,92
FINANCEIRAS	548.350,42	409.822,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.661.620,81	1.652.262,56
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.830,89	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL:	9.228.006,69	8.408.863,17

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO II - Previsão e Arrecadação por Natureza

Descrição	Prevista	Arrecadada	Realizado(%)
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	10.110.600,00	9.228.006,69	91,27
CONTRIBUIÇÕES	6.150.000,00	6.354.343,63	103,32
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	906.000,00	587.860,94	64,89
FINANCEIRAS	414.100,00	548.350,42	132,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.640.500,00	1.661.620,81	62,93
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	75.830,89	0,00
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	10.110.600,00	9.228.006,69	91,27

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO III - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – TOTAL

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2023	2022	2023	2022
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	70.407,02	34.232,21	70.407,02	34.232,21
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	70.407,02	34.232,21	70.407,02	34.232,21
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	1.023.466,46	2.829.989,74	1.069.714,03	2.748.758,17
h) Dispensa	722.720,03	2.263.104,60	774.170,21	2.187.821,18
i) Inexigível	300.746,43	566.885,14	295.543,82	560.936,99
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.772.084,77	3.380.202,33	3.449.336,23	3.122.399,48
k) Folha de Pagamento	3.732.941,77	3.362.019,93	3.410.193,23	3.104.217,08
l) Diárias	39.143,00	18.182,40	39.143,00	18.182,40
5. Outros	2.267.794,87	372.314,83	1.522.208,73	-184.445,71
6. Total (1+2+3+4+5)	7.133.753,12	6.616.739,11	6.111.666,01	5.720.944,15

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

**ANEXO IV - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários –
TOTAL**

Despesas Correntes						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. Despesa de Pessoal	4.564.212,15	3.949.699,60	4.008.754,92	3.607.019,76	3.767.719,79	3.405.186,01
REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.977.600,00	2.469.254,60	2.511.793,58	2.294.266,61	2.358.517,18	2.151.371,53
ENCARGOS PATRONAIS	761.000,00	637.700,00	740.274,99	637.538,02	652.516,26	578.599,35
BENEFÍCIOS A PESSOAL	491.112,15	470.000,00	469.894,65	413.703,30	469.894,65	413.703,30
Demais elementos do grupo	334.500,00	372.745,00	286.791,70	261.511,83	286.791,70	261.511,83
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	4.411.854,06	3.367.542,16	3.756.170,12	3.222.607,17	3.638.149,71	3.013.097,59
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.950.000,00	1.572.993,90	1.649.214,83	1.559.599,43	1.639.968,87	1.559.320,15
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	1.741.000,57	1.384.221,75	1.428.654,40	1.274.920,34	1.332.412,59	1.075.754,91
MATERIAL DE CONSUMO	349.671,72	83.241,94	344.021,35	81.456,26	340.541,35	76.785,39
Demais elementos do grupo	371.181,77	327.084,57	334.279,54	306.631,14	325.226,90	301.237,14
Despesas de Capital						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
4. Investimentos	1.768,00	122.947,80	1.768,00	114.690,08	1.768,00	91.644,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.768,00	122.947,80	1.768,00	114.690,08	1.768,00	91.644,20
OBRAS, INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JÁ CONTRATADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO V - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos cargos	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Força de Trabalho (1.1 + 1.2)	35	2	
1.1. Servidores em Cargos Efetivos	25		
1.2. Cargos em Comissão	10	2	
1.2.1. Assessoramento Superior	10	2	
1.2.2. Função Gratificada			
2. Servidores com Contratos Temporários			
3. Total de Servidores (1+2)	35	2	

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO VI - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 Anos	De 31 a 40 Anos	De 41 a 50 Anos	De 51 a 60 Anos	Acima de 60 Anos
1 - Provimento de cargo efetivo		4	14	5	
Servidores efetivos		4	14	5	
Servidores com contratos temporários					
2 - Provimento de cargo em comissão	2	7	3		
Assessoramento superior	2	7	3		
Funções gratificadas					
Totais (1+2)	2	11	17	5	

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO VII - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12

Descrição	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo					6	16	1			
1.1. Servidores efetivos					6	16	1			
1.2. Servidores com contratos temporários										
2. Provimento de cargo em comissão						11	1			
2.1. Assessoramento superior						11	1			
2.2. Funções gratificadas										
3. Totais (1+2)					6	27	2			
<p>Legenda</p> <p>Nível de Escolaridade:</p> <p>1 - Analfabeto</p> <p>2 - Alfabetizado sem cursos regulares</p> <p>3 - Primeiro grau incompleto</p> <p>4 - Primeiro grau</p> <p>5 - Segundo grau técnico</p> <p>6 - Superior</p> <p>7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-graduação</p> <p>8 - Mestrado</p> <p>9 - Doutorado / Pós-doutorado / PhD / Livre docência</p> <p>10 - Não classificada</p>										

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO VIII - Balanço Orçamentário

Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	10.110.600,00	10.110.600,00	9.228.006,69	882.593,31	
CONTRIBUIÇÕES	6.150.000,00	6.150.000,00	6.354.343,63	-204.343,63	
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	906.000,00	906.000,00	587.860,94	318.139,06	
FINANCEIRAS	414.100,00	414.100,00	548.350,42	-134.250,42	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.640.500,00	2.640.500,00	1.661.620,81	978.879,19	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	75.830,89	-75.830,89	
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS:	10.110.600,00	10.110.600,00	9.228.006,69	882.593,31	
TOTAL GERAL:			9.228.006,69		
Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
DESPESAS CORRENTES	9.149.600,00	9.515.735,93	7.776.695,14	7.764.925,04	1.739.040,79
PESSOAL E ENCARGOS	3.976.600,00	4.043.600,00	3.733.733,32	3.721.963,22	309.866,68
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	339.500,00	339.500,00	286.791,70	286.791,70	52.708,30
USO DE BENS E SERVIÇOS	2.813.500,00	3.112.635,93	2.106.773,52	2.106.955,29	1.005.862,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.000.000,00	2.000.000,00	1.649.214,83	1.649.214,83	350.785,17
DESPESAS JUDICIAIS	20.000,00	20.000,00	181,77	0,00	19.818,23
DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	961.000,00	594.864,07	1.768,00	1.768,00	593.096,07
INVESTIMENTOS	611.000,00	591.000,00	1.768,00	1.768,00	589.232,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	350.000,00	3.864,07	0,00	0,00	3.864,07
TOTAL DAS DESPESAS:	10.110.600,00	10.110.600,00	7.778.463,14	7.766.693,04	2.332.136,86
SUPERÁVIT			1.449.543,55		
TOTAL GERAL:			9.228.006,69		

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO IX - Balanço Patrimonial

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
ATIVO	40.342.962,92	38.898.503,13	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.342.962,92	38.898.503,13
ATIVO CIRCULANTE	10.668.719,92	13.373.283,11	PASSIVO CIRCULANTE	453.522,32	511.001,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.688.274,14	3.265.443,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	241.035,13	201.833,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.688.274,14	3.265.443,47	PESSOAL A PAGAR	153.276,40	142.895,08
CAIXA	0,00	0,00	PESSOAL A PAGAR	153.276,40	142.895,08
FUNDO FIXO DE CAIXA	0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	87.758,73	58.938,67
BANCOS CONTA MOVIMENTO	242.573,70	91.695,77	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	87.758,73	58.938,67
BANCOS CONTA ARRECADANÇA	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	161.991,45	246.674,95
BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRAS	4.445.398,52	3.173.545,78	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	161.991,45	246.674,95
ADIANTAMENTOS	301,92	201,92	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	6.635,83	7.676,70
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	5.612.219,23	9.774.272,66	DEPÓSITOS CONSIGNÁVEIS	81.713,41	55.969,10
CRÉDITOS A RECEBER	5.612.219,23	9.774.272,66	FORNECEDORES	71.332,21	181.379,15
CRÉDITOS DO EXERCÍCIO	1.673.717,18	5.530.936,93	OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.310,00	1.650,00
CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.938.502,05	4.243.335,73	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	9.245,96	14.668,18

AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	9.245,96	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	361.931,33	333.566,98	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	9.245,96	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	7.833,52	2.089,80	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	14.668,18
ADIANTAMENTOS A PESSOAL	7.833,52	2.089,80	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	14.668,18
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	0,00	0,00	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	17.279,28	0,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	17.279,28	0,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	17.279,28	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	318.902,08	328.415,24	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	318.902,08	328.415,24	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	26.395,73	3.061,94	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	26.395,73	3.061,94	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS A COMPROVAR	8.800,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS A COMPROVAR	8.800,00	0,00	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
ESTOQUES	5.433,55	0,00	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	5.433,55	0,00	VALORES DE TERCEIROS E/OU RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	5.433,55	0,00	CAUÇÕES	0,00	0,00
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	861,67	0,00	CAUÇÕES	0,00	0,00
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	861,67	0,00	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	861,67	0,00	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
			RECEITAS ANTECIPADAS	23.970,50	47.824,20
			RECEITAS ANTECIPADAS	23.970,50	47.824,20
			RECEITAS ANTECIPADAS	23.970,50	47.824,20

ATIVO NÃO-CIRCULANTE	29.674.243,00	25.525.220,02	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.363.968,11	16.120.632,38	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	20.363.968,11	16.120.632,38	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES NÃO EXECUTADOS	20.335.093,71	16.091.757,98	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA EXECUTADA	28.874,40	28.874,40	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	9.310.274,89	9.404.587,64			
INVESTIMENTOS	2.152.201,16	2.152.201,16			
INVESTIMENTOS	2.152.201,16	2.152.201,16			
IMOBILIZADO	7.158.073,73	7.252.386,48			
BENS MÓVEIS	1.036.653,86	1.034.885,86			
BENS IMÓVEIS	8.605.000,00	8.605.000,00			
DEPRECIÇÃO ACUMULADA (-)	-2.483.580,13	-2.387.499,38			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.889.440,60	38.387.502,05
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.889.440,60	38.387.502,05
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.889.440,60	38.387.502,05
			PATRIMÔNIO SOCIAL	39.889.440,60	38.387.502,05
			RESULTADOS ACUMULADOS	39.889.440,60	38.387.502,05
			DO EXERCÍCIO	1.501.938,55	5.819.189,56
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.958.682,67	12.139.493,11
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.428.819,38	20.428.819,38

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO X - Demonstrações das Variações Patrimoniais

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	9.563.259,36	13.252.464,51	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	8.061.320,81	7.433.274,95
CONTRIBUIÇÕES	8.350.866,92	11.410.466,98	PESSOAL E ENCARGOS	3.529.276,27	3.140.295,92
CONTRIBUIÇÕES	8.350.866,92	11.410.466,98	PESSOAL E ENCARGOS	3.529.276,27	3.140.295,92
CONTRIBUIÇÕES	8.350.866,92	11.410.466,98	PESSOAL E ENCARGOS	3.529.276,27	3.140.295,92
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	606.215,59	847.122,11	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.000,00	9.000,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	606.215,59	847.122,11	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.000,00	9.000,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	606.215,59	847.122,11	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.000,00	9.000,00
FINANCEIRAS	590.608,77	453.018,93	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.651.501,01	2.162.379,23
FINANCEIRAS	590.608,77	453.018,93	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.651.501,01	2.162.379,23
FINANCEIRAS	590.608,77	453.018,93	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.651.501,01	2.162.379,23
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	223.090,70	193.182,46
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	223.090,70	193.182,46
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	FINANCEIRAS	223.090,70	193.182,46
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	1.649.214,83	1.559.599,43
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	1.649.214,83	1.559.599,43
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	1.649.214,83	1.559.599,43
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.568,08	541.856,49	TRIBUTARIAS E CONTRIBUITIVAS	0,00	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	238,00	368.817,91
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.568,08	541.856,49	TRIBUTARIAS E CONTRIBUITIVAS	0,00	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	238,00	368.817,91
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.568,08	541.856,49	TRIBUTARIAS E CONTRIBUITIVAS	0,00	0,00

			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	238,00	368.817,91
			SUPERAVIT	1.501.938,55	5.819.189,56
			TOTAL:	9.563.259,36	13.252.464,51

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO XI - Balanço Financeiro

Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	9.228.006,69	DESPEZA ORÇAMENTARIA	7.766.693,04
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	9.228.006,69	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	7.764.925,04
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	1.768,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	16.150.347,93	DESPEZA EXTRA-ORÇAMENTARIA	16.188.830,91
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	197,18	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	5.940,90
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	9.513,16	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	137,59	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	23.471,38
PESSOAL A PAGAR	3.009.979,87	PESSOAL A PAGAR	2.999.598,55
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	740.274,99	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	711.454,93
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.172.906,76	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.257.590,26
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	1.649.214,83	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	1.639.968,87
VALORES EM TRÂNSITO	7.527.616,30	VALORES EM TRÂNSITO	7.542.284,48
PROVISÕES TRABALHISTAS	25.800,82	PROVISÕES TRABALHISTAS	8.521,54
OUTRAS RECEITAS	14.706,43	OUTRAS RECEITAS	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.265.443,47	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	4.688.274,14

TOTAL GERAL	28.643.798,09	TOTAL GERAL	28.643.798,09
--------------------	----------------------	--------------------	----------------------

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO XII - Fluxo de Caixa

Descrição	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	1.424.598,67	1.128.804,02
Ingressos	25.378.354,62	24.543.812,11
Receitas	9.228.006,69	8.408.863,17
Receitas de Contribuições	6.354.343,63	5.517.189,63
Exploração de Bens e Serviços	587.860,94	829.588,92
Financeiras	548.350,42	409.822,06
Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.737.451,70	1.652.262,56
Transferências Correntes	0,00	0,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	16.150.347,93	16.134.948,94
Desembolsos	23.953.755,95	23.415.008,09
Despesas	7.764.925,04	6.829.626,93
Pessoal e Encargos	3.721.963,22	3.345.507,93
Benefícios Assistenciais	286.791,70	261.511,83
Uso de Bens e Serviços	2.106.955,29	1.587.681,07
Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.649.214,83	1.559.599,43
Tributárias e Contributivas	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	75.326,67
Pagamentos Extra-Orçamentários	16.188.830,91	16.585.381,16
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	1.424.598,67	1.128.804,02
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-1.768,00	-114.690,08
Ingressos	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00
Alienações de Títulos e Ações	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00

Desembolsos	1.768,00	114.690,08
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.768,00	114.690,08
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-1.768,00	-114.690,08
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.422.830,67	1.014.113,94
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	3.265.443,47	2.251.329,53
Caixa e Equivalente de Caixa Final	4.688.274,14	3.265.443,47

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos